

Celso Castro (Org.)

GENERAL VILLAS BÔAS

conversa com o comandante

 **FGV EDITORA**

Copyright © 2021 Eduardo Villas Bôas

Direitos desta edição reservados a
FGV EDITORA
Rua Jornalista Orlando Dantas, 9
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427
Fax: 21-3799-4430
editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br
www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição – 2021

Preparação de originais: Sandra Frank
Projeto gráfico de miolo e diagramação: Mari Taboada
Revisão: Michele Mitie Sudoh
Capa: Estúdio 513
Fotos: acervo pessoal general Eduardo Villas Bôas
Foto da capa: Paulo Pereira

Dados internacionais de Catalogação na Publicação
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

General Villas Bôas : conversa com o comandante / Celso Castro (Org.). – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2021.
244 p. : il.
ISBN: 978-65-5652-032-2
1. Villas Bôas, Eduardo, 1951-. 2. Villas Bôas, Eduardo 1951- – Entrevistas. 3. Militares – Brasil – Biografia. I. Castro, Celso, 1963-. II. Fundação Getulio Vargas.
CDD - 923.581

Elaborada por Amanda Maria Medeiros López Ares – CRB-7/1652

Dedicatória

À Cida, mulher de ferro. Não sei de onde tira forças para se dividir entre os cuidados para comigo, acompanhando-me durante algumas internações, supervisionando a construção de nossa residência e sendo dona de casa, mantendo a família cada vez mais unida.

Aos filhos Tici, Mano e Drica, meus maiores orgulhos, pessoas especiais, como as famílias que construíram. Vieram ao mundo para fazê-lo melhor.

Aos netos Gustavo, Guilherme, Henrique, Izabela, Ana Clara e aos que estão por vir. Que cresçam saudáveis, sadios e felizes. Ao longo da vida, receberão incontáveis conselhos sobre como proceder. Tenham em mente que a única obrigação de vocês será retribuir a mais o que de bom receberam das pessoas.

Aos meus irmãos e suas famílias, pelo carinho que sempre proporcionaram ao “tio Nano”.

Aos meus amigos, que, depois de minha família, são o maior tesouro que a vida me deu.

Homenagem especial post-mortem

Ao “Guerreirão de Selva”, coronel Gilmar, que me acompanhou desde a Amazônia. Um acidente nos privou de sua companhia, deixando em nossa equipe uma enorme lacuna.

Agradecimentos

Ao tenente Tabaczeniski, que durante semanas passou dias e noites, sábados e domingos, sentado ao meu lado, pacientemente transcrevendo o que eu registrava por meio do sensor ótico. Entremeava o trabalho braçal com sugestões oportunas sobre o texto, sugerindo modificações e correções sempre pertinentes. Trata-se de pessoa mais que especial. Traz consigo uma riqueza interior emoldurada pela simplicidade e modéstia. Além da inesgotável paciência e fina educação, tomou incessantes cuidados para com minha família, tornando-se benquisto por todos.

Ao meu ajudante de ordens capitão Colombo, que com sua família tornou-se integrante de nosso ambiente familiar.

Ao tenente Crivelatti, a quem eu próprio como comandante, e o Exército como um todo, muito devemos pelo desempenho como o primeiro adjunto de Comando do Exército.

Aos meus revisores, general Sergio Etchegoyen e Lara Villas Bôas.

Aos que têm se dedicado a me manter com saúde e produtivo. Por coincidência ou não, são pessoas especialíssimas, que têm como característica o dom de servir e o de gostar de gente. Faziam de cada dia uma festa. Sempre desperto animado por saber que vou reencontrá-los. Aí se incluem a equipe de São Paulo, sob cujos

cuidados estive na fase inicial da ELA, doutores Acary, Antonio Carlos e família, dr. Beny, o psiquiatra Maj Saraiva, o psicólogo dr. Angelo, a fisioterapeuta respiratória Celiana, a fonoaudióloga dra. Ana Lucia Chiapetta e os fisioterapeutas motores Adriana Nardi e André. Em Brasília, já na segunda fase da doença, a dra. Virgínia, dra. Aída, e os fisioterapeutas e fonoaudiólogas, tenente Rubem, tenente Karina, tenente Silvânia, tenente Ana Garay, Bruninha, tenente Caroline, tenente Andréa; meus cuidadores sargento Firmino, cabo Arruda, soldado Borja, soldado motorista Ferreira e os incansáveis srs. Abadiu e Jairo, ambos do *home care*.

Ao meu comandante general Leal Pujol, pela preocupação de que não me faltassem cuidados e ao general Brandão, a quem atribuiu essa função.

Ao general Heleno e à equipe do GSI pelo carinho com que me receberam.

Aos srs. Robson Andrade, Glauco e Sérgio Moreira, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), pelo estímulo para a criação do Instituto General Villas Bôas.

Aos meus assessores e auxiliares diretos desde o comando, general Castro, general Allão, general Nigri, coronel Guedes, coronel Silva Neto. Ao meu auxiliar de comando, capitão Marsico, à equipe do GSI [Gabinete de Segurança Institucional], da segurança, e àquelas que provaram o quão oportuna foi a admissão de mulheres no Exército: tenente-coronel Andréa, tenente-coronel Rosana e major Paula Pacheco.

Sumário

Prefácio

Apresentação

1. A infância e a vocação para a carreira militar

Aquilo foi uma coisa natural.

2. Na Aman

Disse para mim mesmo: “O meu chão é aqui.”

3. O anticomunismo

Tive uma influência de casa: meu pai.

4. Começando uma nova família militar

A Cida foi sempre a esposa de militar perfeita.

5. Aprendendo a comandar

Hoje, comandar só com base na autoridade, você não comanda.

6. Na Nova República

O governo Sarney foi um período muito conturbado.

7. Na China

Foram dois anos fantásticos, de muita aprendizagem.

8. Comandando um batalhão na Amazônia

Até hoje, não temos uma política para conduzir as questões da Amazônia.

9. O processo de transformação do Exército

Nos demos conta de que tínhamos planejado um Exército de II Guerra Mundial.

10. Anistia, Comissão da Verdade e memória histórica

Era revanchismo, sem dúvida, pela maneira como foi conduzido.

11. Governo Dilma

Ela nos pegou de surpresa, despertando um sentimento de traição em relação ao governo. Foi uma facada nas costas.

12. O tuíte do comandante

Eu sabia que estava me aproximando do limite do aceitável.

13. Governo Temer e a intervenção federal no Rio de Janeiro

Havia uma percepção de que poderia fugir ao controle, e o Rio de Janeiro se transformar em caos.

14. As eleições de 2018

Tínhamos a preocupação de que a política voltasse a entrar nos quartéis.

15. Governo Bolsonaro

Eu sempre refutei a interpretação de que o Bolsonaro representava a volta dos militares ao poder.

16. ELA, a doença

Quando Deus quer ter uma conversa particular com a gente, Ele te dá uma doença dessas como forma de você se aproximar d'Ele e ver as coisas com outros olhos.

Siglas

Fotos

Prefácio

Como os leitores notarão, o livro contém um verdadeiro caleidoscópio de assuntos. Além do que me instigou o professor Celso Castro, procurei registrar tudo o que me veio à mente, pois é provável que não possa fazê-lo novamente.

Temo que, para alguns públicos, determinados assuntos parecerão áridos, tanto por conterem temas específicos como em razão do jargão militar utilizado – os militares adoram uma sigla.

Estou, agora, pagando pela negligência de, ao longo da vida, e em especial no comando, não ter registrado os fatos à medida que se desenrolavam. Como consequência, temo que a alguns deles falte precisão histórica.

Espero, sinceramente, não ferir as suscetibilidades das pessoas.

Meu maior receio, contudo, é que o livro adquira a conotação de culto à personalidade. Meu único mérito foi o de seguir o conselho do general Allão, meu antigo assistente: “Procure cercar-se sempre de pessoas melhores que você.”



Apresentação

CELSO CASTRO

Este livro é resultado da edição e posterior revisão de aproximadamente 13 horas de entrevistas que realizei com o general Villas Bôas, ao longo de cinco dias: 7, 8, 9 e 12 de agosto, e 4 de setembro de 2019. As entrevistas foram feitas em sua residência, em Brasília.

Antes de sua realização, já conhecia o general, porém havia me encontrado rapidamente com ele em apenas três ocasiões, por motivos diversos. Nunca havíamos conversado a sós, nem sobre a possibilidade de uma entrevista. A notícia de que ele estava disposto a me conceder uma entrevista me foi transmitida pelo presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal, cerca de uma semana antes de realizarmos a primeira sessão. Embora o general conhecesse alguns de meus livros e soubesse de minha longa experiência de pesquisa sobre a instituição militar no Brasil, a ideia da entrevista e a concordância em fazê-la seguiram uma via institucional. A entrevista, desde o início, foi vista como uma iniciativa da FGV para registrar suas memórias, a exemplo de tantas outras já feitas pelo seu CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), no qual trabalho há mais de três décadas.

Um aspecto importante a ser destacado refere-se às condições em que a entrevista foi realizada. Como é público, o general sofre de esclerose lateral amiotrófica (ELA), grave doença degenerativa, ainda sem cura e de causa desconhecida, que afeta o sistema nervoso, levando a uma paralisia motora progressiva e irreversível. Quando a entrevista foi realizada, a doença já lhe havia tirado a capacidade de movimentar-se. Além disso, ele necessitava de um equipamento de respiração permanentemente ligado, o que dificultava sua fala. Por esse motivo, ocasionalmente tínhamos de fazer breves interrupções durante as sessões, e os dias, horários e duração das entrevistas tiveram de se ajustar à agenda de cuidados médicos do general.

Apesar dessa severa limitação física, o general estava com sua capacidade intelectual totalmente preservada e muito disposto a falar sobre sua vida. A dedicação que deu à entrevista, apesar das limitações físicas, foi impressionante. Um dos desdobramentos futuros da doença seria justamente a perda da capacidade de falar. Isso explica a urgência da entrevista: o curtíssimo tempo que tive entre a notícia de que ele gostaria de dar seu depoimento, o preparo do roteiro, as gravações, a transcrição e a edição em livro.¹

A entrevista seguiu o modelo de uma história de vida, indo desde as origens familiares até o presente. Havia um interesse óbvio de falarmos sobre o período de quase quatro anos em que o general Villas Bôas foi comandante do Exército Brasileiro (5 de fevereiro de 2015 a 11 de janeiro de 2019), marcado por eventos decisivos e definidores da atual conjuntura política, como o segundo governo de Dilma Rousseff, seu *impeachment*, a assunção de Michel Temer

à presidência, a prisão do ex-presidente Lula, as eleições de 2018, a eleição e o início de governo de Jair Bolsonaro. Decidi, contudo, não deixar de lado a narrativa de meu entrevistado a respeito de seus anos de formação, das experiências que teve ao longo da carreira militar e de suas ideias sobre o Exército e o país em geral, pois creio que são importantes para a compreensão mais densa de sua trajetória de vida e de suas ações.

Diante das limitações já mencionadas, e de opções que tive de assumir durante o processo de entrevista, algumas passagens de sua vida foram tratadas de maneira mais rápida do que mereceriam. Ao final, contudo, ficamos com a sensação de que cobrimos de forma razoável os principais temas e conversamos sobre o que de mais relevante o general quis registrar como suas memórias.

Desde o início já se pensava em transformar a entrevista em livro. Por esse motivo, a gravação foi transcrita e, em seguida, editada por mim em formato de livro. Na edição, procurei preservar a oralidade do texto, fruto de uma longa conversa. Busquei apenas tornar a leitura mais fluente, basicamente com a supressão de alguns vícios de linguagem e a junção de trechos que desenvolvessem, separadamente, as mesmas ideias. A ordem e o conteúdo das entrevistas, todavia, foram preservadas no que tinham de essencial, mantendo fidelidade ao que o entrevistado quis dizer.

A versão por mim editada da entrevista foi enviada ao general Villas Bôas no final de setembro de 2019. Ele havia pedido para revê-la antes que déssemos continuidade ao processo editorial.

Recebi de volta a versão revista no dia 5 de maio de 2020. Nesse intervalo de sete meses, encontrei-me com o general apenas uma vez, brevemente, no lançamento do Instituto Villas Bôas, em Brasília, dia 4 de dezembro de 2019. Ele já havia perdido a capacidade de falar, porém seus familiares e amigos mais próximos disseram que ele estava se dedicando com prioridade total à revisão do livro. De fato, observando a versão revista, e tendo em conta que todo o trabalho teve de ser feito por meio de tecnologias assistivas, às quais ele teve de se adaptar rapidamente, é possível constatar quão grande foi essa dedicação.

Como resultado, o texto cresceu cerca de 30% em tamanho. O general incluiu a menção a vários casos e personagens de sua vida, principalmente na primeira metade do livro. Foram mantidas minhas perguntas, a estrutura de capítulos que eu havia montado e as notas explicativas, porém a revisão diminuiu a dose de oralidade característica das entrevistas, tornando o texto em geral mais formal.

O livro, em sua versão final, deve ser visto, portanto, menos como uma transcrição literal da entrevista do que como um texto desenvolvido a partir dela. Contudo, o essencial de seu depoimento original foi preservado, acrescido da menção a alguns eventos e personagens, além de ter passado por alterações que buscaram, muitas vezes, desenvolver ideias que estavam apenas esboçadas.

O mais importante é que temos, afinal, o que o general Villas Bôas quis deixar registrado como suas memórias a respeito de sua trajetória de vida, de suas ideias sobre a realidade nacional e de como vivenciou eventos políticos decisivos. Espero que o livro,

enquanto uma fonte documental inédita, contribua para uma melhor compreensão sobre a história recente do Brasil, na visão do comandante de uma de suas instituições mais importantes.

7 de maio de 2020.

1. Para que todo esse processo fosse possível, contei com a ajuda de algumas pessoas às quais preciso agradecer: a Ninna de Araújo Carneiro Lima, que fez as gravações em vídeo; a Verônica Azzi, que me auxiliou na pesquisa para o roteiro e para as notas de rodapé; ao professor Irapoan Cavalcanti, da FGV, ao general Brandão e ao coronel Gilmar, do GSI, que cuidaram de contatos e detalhes logísticos; e à dona Cida e Adriana Villas Bôas, que me receberam em sua casa com atenção e carinho.

1

A infância e a vocação para a carreira militar

Aquilo foi uma coisa natural.

General, em primeiro lugar, queria agradecer, em nome da FGV, sua disponibilidade em nos dar esta entrevista sobre a sua trajetória.

Muito obrigado da minha parte a você, que tem sido um estudioso da vida militar e do Exército, extensivo à FGV e ao professor Carlos Ivan, porque têm sido parceiros solícitos, que nos prestaram uma ajuda inestimável quando, no ano de 2008/2009, começamos o processo de transformação do Exército. O professor Carlos Ivan e o professor João Paulo entenderam perfeitamente o que necessitávamos. Auxiliaram-nos na elaboração do diagnóstico e, também, na concepção dos projetos essenciais. A FGV acumula um admirável cabedal de serviços prestados ao país e ao Exército. Sou muito agradecido à Fundação, adicionalmente, pelo interesse em gravar este depoimento, tarefa da qual espero estar à altura.

Eu gostaria de começar falando das suas origens familiares. O senhor nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul.

Descendo de dois ramos, ambos com origem em Portugal. Os Villas Bôas são relativamente numerosos naquele país. Migraram para o Brasil ao longo de todo o processo de colonização. Estão concentrados no Nordeste, Sergipe e Bahia, Minas, Rio, São Paulo e também no Rio Grande do Sul. Tentei, sem muita profundidade, encontrar laços familiares com alguns personagens, como, por

exemplo, os irmãos Villas-Bôas,² e não tive êxito. Meu avô, natural de Aracaju, ainda rapazinho, no início do século passado, fez concurso para os Correios e Telégrafos e foi transferido para o interior de São Paulo, inicialmente em Franca, radicando-se, posteriormente, em Campinas.

Meu pai era o mais novo de dez filhos. Tal quantidade de tios naturalmente gerou numerosos primos. Militares, na família, havia um irmão e alguns primos distantes. Um deles chegou a general. Talvez daí tenha surgido a inspiração no sentido de prestar concurso para a Escola Preparatória de Cadetes em São Paulo, no prédio onde hoje é o Hospital Sírio-Libanês. De lá foi para a Aman, recém-inaugurada, integrando a turma de 1946.³ Graduou-se aspirante a oficial de artilharia e foi classificado em Cruz Alta (RS), no então 6º RO [Regimento de Obuses], hoje 29º GAC AP [Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado].

Outro ramo do qual descendo, pelo lado da minha mãe, são os Dias da Costa. Creio que o bisavô da minha mãe imigrou para o Brasil no final do século retrasado, radicando-se na região de Pelotas e Bagé, onde se casou. Seu filho, meu bisavô, começou a vida como mascate, comprando e vendendo charque, depois as próprias charqueadas e, por fim, grandes extensões de terra em Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Deve ter sido uma pessoa especial, porque conquistou esse patrimônio antes dos 50 anos, quando morreu num acidente com arma de fogo. Era um empreendedor corajoso, pois criou um banco e fundou uma siderúrgica. O vultoso patrimônio foi sendo dilapidado pelas gerações sucessivas.

Uma dessas fazendas, herdada por meu avô, Antônio Dias da Costa, foi onde vivi até os 14 anos, enquanto meu pai servia em Cruz Alta. Meus avós, Antônio e Edith, pareciam personagens de história em quadrinhos. Ele, bonachão, extremamente paciente, sempre de bombacha e paletó, fumando um palheiro. Quando embrabecia comigo, o máximo que fazia era me chamar de “seu borra-botas”. Ela, pura alegria, era mais brincalhona e arteira do que nós. Havia ainda na fazenda uma avó e uma mãe pretas. Impossível existir maior bondade no mundo. Para um guri, junto com meu irmão Hugo, a Fazenda Santo Antônio, ou Fazenda da Árvore, referência a uma enorme figueira brava que de muito longe se via, era um paraíso.

Da fazenda, trago uma marca viva: uma cicatriz no peito do pé esquerdo. Sergio Etchegoyen e eu brincávamos de cravar uma faca no tronco da figueira, até que, batendo com o cabo na árvore, ela voltou e caiu espetada no meu pé. Era uma velha faca três listras que herdei de meu avô e guardo comigo. O lado nefasto desse episódio vem do escarcéu que fiz, achando que iria morrer, pois alguém havia me dito que se uma veia fosse furada o óbito seria imediato. Quero deixar bem claro que eu tinha uns seis anos. Mesmo assim, Sergio chantageou-me até chegarmos ao Alto-Comando do Exército. Ao longo desse tempo, eu o mantive calado, pois também guardo um arsenal retaliatório razoável.

Nossas mães foram criadas juntas e nós sempre nos tivemos como primos, o que não quer dizer que não brigássemos amiúde. Elas contavam que, quando nossos pais cursavam a Escola de

Estado-Maior, nos engalfinhamos numa briga, que foi necessário nos colocarem embaixo do chuveiro gelado.

Em outra oportunidade, eu cruzava a praça da Matriz, em Cruz Alta, para ir à sua casa, e me abaixei para, distraidamente, brincar com os peixes. O zelador, um senhor fortíssimo, mudo e com o cabelo comprido, de quem eu tinha muito medo, veio silenciosamente por trás e me levantou pelos tornozelos. Lembro-me apenas dos meus cabelos riscando a água. Quando me soltou, tive de voltar para casa, pois estava com as calças molhadas.

Aí já se antevia a bravura do futuro guerreiro de selva.

Meus pais se casaram em janeiro de 1950. Minha mãe, sem nenhuma experiência de vida militar, mas munida de muita espontaneidade, bom humor e liderança, cumpriu um papel marcante em sua carreira. Quando ele, mais tarde, serviu na Eceme, ela estruturou um curso de extensão cultural para mulheres. Vinte anos depois, Cida replicou esse modelo, por onde passei, com total sucesso entre as esposas.

No dia 15 de março de 1967, minha data de praça e de ingresso na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), minha mãe me deu um porta-tudo (utensílio de pano pendurado em um cabide, presente no armário de quase todos os alunos), feito por ela. Aquele era marrom e esteve comigo em todas as unidades onde servi ao longo dos quase 52 anos de carreira. Ali estiveram guardados todos os tipos de utensílios necessários ao dia a dia de um soldado: graxa e escova para sapato, flanela e líquido para lustrar a fivela do cinto, elástico para coturnos, lenços, meias limpas e sujas, pacotes de biscoito, frutas e tantos mais. Sempre

imaginei devolvê-lo à minha mãe no dia em que passasse para a reserva. Tive que fazê-lo a meus irmãos – Hugo e Rodrigo –, pois uma leucemia a havia levado cinco anos antes.

Ela sempre foi meio mãe dos subordinados do marido. Quando meu pai servia na Escola Preparatória, ela visitava os doentes e levava bolo no dia das mães para os que, por morarem longe, não viajavam. Foi madrinha de formatura do amigo Medeiros, paraibano, cujos pais não tiveram condições de se deslocar para Campinas.

Dois ela adotou efetivamente: Wellington, gaúcho de Santa Maria, dois anos mais antigo que eu, e o pernambucano Geraldo Gomes de Matos, mais moderno; que, aliás, sempre se mostrou o filho mais carinhoso. Quando, morando longe, eu ligava pelo dia das mães, ela dizia em tom de deboche: o Geraldinho já ligou!

Tiveram quatro filhos. Perderam um com três anos, vítima de complicações decorrentes de uma poliomielite. Ficamos Hugo, ano e meio mais novo que eu, engenheiro agrônomo, doutor; como a esposa, trabalhou a vida toda na Embrapa, essa empresa a quem o Brasil tanto deve. O outro, Rodrigo, dez anos mais novo, cursou educação física e atualmente é professor em academias no Rio de Janeiro.

Hugo e eu infernizamos a vida de minha mãe pelo tanto que brigávamos, normalmente por minha culpa, a ponto de ela nos levar a uma benzedeira. Nós dois só passamos a nos tolerar depois que, com 15 anos, ingressei na Escola Preparatória. Para o Rodrigo também sobrava um pouco.

Em nossa casa, houve um episódio misterioso, até hoje não esclarecido, quando Hugo e eu tínhamos por volta de dez anos. Uma de nossas brincadeiras preferidas, junto com amigos, era o futebol de botão. Nos dedicávamos ferrenhamente a obter os melhores jogadores. As fontes eram as mais diversas: lentes de relógios, galalite, coco, botões de roupa, enfim, tudo que servisse para encobrir o goleiro. Nesse período meu pai comprou uma japona com botões apetitosos. Certo dia, a japona apareceu sem nenhum botão. A pergunta era inevitável: qual dos dois fez isso?

– Foi o Hugo!

– Foi o Eduardo!

– Muito bem. Enquanto não aparecer o responsável, os dois não saem de casa.

Até hoje meu principal suspeito é o Hugo, seguido por alguns amigos.

Da parte dele, o suspeito sigo sendo eu.

Depois de um tempo, passei a suspeitar que nosso pai nos passou um trote, pois não me recordo de que tenhamos cumprido a sentença.

Até hoje os suspeitos seguem os mesmos, sendo que alguns chegaram a generais!

Seu pai estimulava os filhos a serem militares?

Não, ele sempre foi absolutamente neutro. Meus dois irmãos, por exemplo, nunca quiseram saber da vida militar.

Nesse aspecto vivi uma situação bem peculiar. Quando fomos para Campinas, em 1966, eu estava cursando o quarto ano do ginásio. Morávamos na vila militar, no interior da Escola Preparatória. Foi, portanto, uma decorrência natural eu ter prestado concurso para a escola, após um ano de preparação no cursinho do então capitão Menna Barreto.

E sua mãe não trabalhava fora, ela acompanhava o seu pai?

Minha mãe não trabalhava. Naquele tempo dificilmente as esposas o faziam. Fez o Curso Normal e mais tarde especializou-se em educação para surdos-mudos. Logo, meu pai foi transferido novamente e ela teve de interromper o trabalho.

O senhor descreveu, me corrija se eu estiver errado, uma vida tradicional de filho de militar: vilas militares, colégios militares, transferências, novas escolas...

Absolutamente normal, com mudanças frequentes. A tristeza de despedir-se dos locais era compensada pela expectativa de angariar novos amigos no destino. Traumatizava-me, contudo, a troca de escolas. Quando chegamos ao Rio, fui matriculado no Externato Cristo Redentor, na Urca. No primeiro dia de aula, não houve maneiras de me fazerem entrar no ônibus escolar. A diretora, dona Iolanda, passava-nos sermões homéricos. Lembro-me especialmente de um, diante de uma palmeira imperial no

Jardim Botânico, em que ela, apontando para a árvore, comparou o tronco retilíneo a como deve ser o caráter de um homem.

Os filhos de militar, atualmente, mantêm-se em contato permanente no que eles denominam de comunidade dos FM (filhos de militar).

Quer dizer, por ser filho do chefe da Divisão de Ensino, sua vida não era facilitada.

Pelo contrário. Essa condição, se por um lado me trouxe o conforto de estar vizinho à minha casa, situação totalmente diversa daquela encontrada por meus companheiros do Norte, Nordeste, Oeste e Sul, por outro vivia submetido a intensos trotes pelos veteranos. Especializei-me em arrumar camas, engraxar sapatos, passar roupa e outras coisas mais prosaicas, como contar histórias para os veteranos dormirem. Ao longo da vida, acabamos nos tornando amigos. Em represália, já como comandante, muitas vezes me diverti obrigando-os a contarem aquelas reminiscências a partir da pergunta que lhes fazia em público: “Coronel Maldonado, é verdade que o senhor anda espalhando que eu engraxava seus coturnos?”

Um legado importante que a escola me proporcionou foram os amigos de toda a vida, tantos que não me atrevo a citá-los pelo risco de omissão. Abro uma exceção ao George Agnew, meu derrancho⁴ por três anos. O infante mais ferrenho e com a melhor nota de aptidão para o oficialato de toda a turma, por motivos do coração, preferiu ir para Belo Horizonte, onde cursou arquitetura e teve um

casamento muito feliz. Por um tempo, George teve uma provedora de internet na qual cadastrou todos os integrantes das turmas, tanto da Preparatória quanto da Aman, tornando-se ponto de referência para militares e civis.

Em relação aos oficiais da escola, eu era tratado com rigor, mas nada que extrapolasse a normalidade ou que eu não merecesse. Encontrei excelentes instrutores, como o capitão Bezerril e o tenente Garlipp, respectivamente, meus comandantes de companhia e pelotão. De certa forma, ambos fizeram com que eu começasse a simpatizar com a infantaria.

Um fato marcante, contudo, envolvendo meu próprio pai, teve efeito em toda a minha carreira no sentido de mostrar que o fato de ser filho de oficial não me traria nenhuma prerrogativa especial; ao contrário, minhas obrigações seriam redobradas. Como chefe da Divisão de Ensino, ele supervisionava o trabalho dos professores – militares e civis –, todos, aliás de excepcional nível, catedráticos, com frequência eles próprios autores dos livros didáticos adotados. Em uma aula de física, eu estava distraído, olhando pela janela. Ao ser chamado à atenção, dei uma resposta mal-educada. No intervalo das aulas, entrou um soldado e perguntou: “O aluno Villas Bôas, quem é? O coronel Villas Bôas quer falar com o senhor.” Pensei cá comigo: “Isso não vai dar certo...” Entrei no gabinete de meu pai, apresentei-me e permaneci na posição de sentido. Debaixo do bigodão preto eu ouvi: “Fecha a porta e fica à vontade, porque a conversa vai ser entre pai e filho. Só o que me faltava agora era você ficar bancando o engraçadinho e ser desrespeitoso com os professores!” O restante do que disse eu não

lembro, pois procurava à volta por onde correr, caso viessem os sopapos que eu julgava prováveis e merecidos.

Meu pai tinha uma característica que orientou minha conduta por toda a vida. Não que eu a perseguisse, mas deixei que naturalmente acontecesse. Não tive maturidade para percebê-la, até que em 1977, eu, primeiro-tenente, fui visitar um oficial que com ele servia, na Eceme, onde era subcomandante. Tratava-se do tenente-coronel Mario Domingues, que, como major, fora meu comandante no Curso de Infantaria da Aman. Um homem simples, nordestino de grande coragem moral e liderança, estava em cadeira de rodas devido a uma enfermidade, desconhecida até então. Nessa oportunidade, disse-me ele: “Seu pai tem uma grande qualidade: é uma pessoa normal.”

Como foi essa transição para o senhor se tornar um aluno militar? O senhor era filho de militar, membro de uma família de militares, mas agora passava a ser enquadrado como aluno militar.

Meu pai teve uma educação muito rigorosa, oriundo de família modesta. Em consequência, foi muito rígido comigo, mormente em relação a questões de horário e a preceitos éticos. Portanto não tive dificuldades de adaptação.

Em relação à vida militar, quem não passou por ela costuma ter ideias distorcidas e preconceituosas sobre esse ambiente. A disciplina estabelece limites no interior dos quais se vive com espontaneidade, liberdade e, via de regra, com alegria e bom humor. A prática demonstra, por meio dos resultados obtidos em

vestibulares, certames de ciências, matemática, literatura, artes, música, esportes, automação e robótica que a disciplina, ao contrário de inibir a criatividade, a estimula e garante um tratamento respeitoso, em todos os níveis, além de desenvolver hábitos saudáveis. Não se ouve, por exemplo, falar de agressões entre pais, professores e alunos. A letra de uma música de Renato Russo diz: disciplina é liberdade.

Aqueles que eventualmente têm oportunidade de comparecer a uma cerimônia militar geralmente encantam-se com o efusivo clima de confraternização e com a exteriorização de emoções pelo reencontro de velhos camaradas.

Há outro efeito produzido pela convivência no interior das corporações militares, esse de importância institucional. Trata-se dos comprometimentos que aí são forjados: indelévels e permanentes. Dão-se em três níveis. O primeiro ocorre entre os companheiros, em razão do conhecimento mútuo sobre as características recíprocas vividas diuturnamente, tornando-os irmãos perpetuamente. O segundo nível de comprometimento se constrói em torno do Exército fisicamente, o grande castelo protetor que nos abriga, nos protege, nos ensina, nos educa, provê nossas necessidades, forja nosso caráter, amolda nossa personalidade e obriga a nos superarmos. O terceiro nível, por si só o mais importante, diz respeito aos valores da profissão praticados cotidianamente, a ponto de serem os principais fatores de distinção dos militares perante a sociedade a que servimos e razão primordial de nossa solidez.

O que acabamos de reportar não significa que a adaptação seja fácil ou imediata, mas faz parte do conjunto de obstáculos naturais a superar como forma de valorização dos esforços iniciais. São circunstâncias não vividas anteriormente, tais como as novas rotinas, a perda do conforto caseiro, a saudade dos pais, familiares e amigos, os horários rigorosos e os encargos consigo próprio e com os pertences que lhe são confiados pelo Exército.

-
2. Referência aos irmãos Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961), importantes indigenistas brasileiros.
 3. O curso de formação de oficiais do Exército funcionou, até 1944, no bairro do Realengo, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, sendo então transferido para a cidade de Resende (RJ), onde está até hoje, atualmente com o nome de Academia Militar das Agulhas Negras (Aman).
 4. “Derrancho” é uma gíria da Aman, que significa “companheiro num exercício”. Ver: www.ahimtb.org.br/GIRIAS%20DOS%20CADETES%20NA%20AMAN.pdf. Acesso em: 20 mai 2020.

2

Na Aman

Disse para mim mesmo: "O meu chão é aqui."

Naquela época, quem era aprovado na Preparatória tinha o ingresso direto na Aman, não precisava fazer o vestibular.

Sim. Eu me encantei com a academia quando, durante o terceiro ano de Campinas, fomos visitá-la. Ao me deparar com aquele universo grandioso, disse para mim mesmo: o meu chão é aqui. Em consequência, em fevereiro de 1970, eu participava da cerimônia simbólica de entrada pelo portão dos novos cadetes, para, em dezembro de 1973, passar pelo portão de saída dos novos aspirantes.

No dia em que, com os ônibus alinhados em frente à Escola Preparatória, nos aprontávamos para embarcar para Resende, meu pai me chamou para um lado e disse: “Vai tranquilo, porque sua família é um grande trunfo que você leva consigo.”

Confesso que somente bem mais tarde compreendi o significado daquelas palavras de alguém oriundo de um ambiente familiar tão simples, austero e correto. Realmente, hoje me dou conta de que, até falecer, em 1996, aos 72 anos, jamais o vi transigir consigo próprio. Era um homem sério, quase carrancudo, contudo, afetivo e emotivo. Seus sonhos, ambos frustrados, eram chegar ao ano 2000 e presenciar minha promoção a general.

Tampouco imaginava eu que, naquele dia, iniciava uma jornada de tão intensas aventuras, realizações e felicidades.

Quando eu fiz a pesquisa na Aman,⁵ ouvi muitos cadetes que vieram da Preparatória dizerem que essa transição não era tão tranquila quanto eles imaginavam. No terceiro ano da Preparatória, eles eram veteranos, mas, quando entravam na Aman, viravam “bichos” de novo e eram nivelados com os que entravam na vida militar pela primeira vez.

É compreensível. O aluno do terceiro ano em Campinas tinha prerrogativas que desapareciam no momento em que se tornava cadete do primeiro. Eram submetidos à repetição das instruções básicas, com o intuito de proporcionar o nivelamento com o pessoal de outras origens, como os de colégio militar e os civis selecionados por meio do concurso de admissão.

Esse contraste desapareceu desde que Campinas passou a ser o primeiro ano da Aman e o único caminho de ingresso para a academia.

Rapidamente me adaptei à Aman. Meus pais moravam a apenas quatro horas (em Campinas). Tinha, portanto, a possibilidade de visitá-los (e a namorada), se o quisesse, semanalmente.

Gostava muito das atividades, mais intensas e rigorosas, especialmente as esportivas. Embora eu não fosse nenhum expoente, era selecionado para as equipes de natação e polo aquático. Meu maior feito se deu durante as olimpíadas acadêmicas, em que, ao final de uma partida duríssima contra o segundo ano, eu entreguei gratuitamente a bola a um adversário, já tão exausto quanto eu, que descansava junto ao nosso goleiro. Gol! E uma ruidosa aclamação. Espero que os anais esportivos da Aman

não tenham perpetuado essa amarelada típica de bicho. Terra Amaral zomba de mim até hoje.

Isso minimizou a saudade da família. Muitos cadetes falam de a ida para a Aman ter sido a primeira vez em que muitos deles foram morar sozinhos.

Eu creio que em Campinas era mais difícil a adaptação, pela idade e pelo clima frio, para o pessoal do Norte e Nordeste, além do que a Aman oferecia mais opções de lazer.

Naquela época, a escolha da arma era feita ao final do primeiro ou do segundo ano?

Ao final do segundo ano básico. Os critérios que levam a essa opção são bastante aleatórios: vocação, influência familiar, amigos, localização das unidades onde deverá servir no futuro, cursos de especialização a que pretende se candidatar no futuro e outros subjetivos.

No meu caso, quando dei por mim, estava escolhendo a infantaria. Não saberia dizer qual foi o fator preponderante. Trazia comigo a predileção pela artilharia, arma de meu pai, mas, como relatei, começou a mudar ainda na Preparatória. Tornou-se definitiva pela influência decisiva do então tenente Messias, meu comandante de pelotão no segundo ano básico. Merece destaque o fato de que, no Curso Básico, os oficiais jamais faziam proselitismo em favor de sua arma.

Nessa questão, meu pai me proporcionou outra passagem típica da sua nobreza de caráter. Quando levei a ele minhas dúvidas, ele foi direto: “Se eu te conheço bem, vais para a infantaria.”

No dia da cerimônia de entrada na arma, ele me presenteou com uma placa de bronze, onde constam os distintivos da infantaria e da artilharia, e, entre eles, os dizeres: “Ao jovem infante, a homenagem do velho artilheiro e o orgulho do velho pai.”

O senhor falou da questão do exemplo. Nesse caso, o exemplo do tenente, do comandante de pelotão.

Espero, ao longo da carreira, jamais ter proporcionado maus exemplos. Não teria o direito, pois não os recebi. Os poucos que presenciei me foram muito fáceis de discernir.

A preocupação com o exemplo, na liderança militar, constitui-se num fundamento básico, pois ela deve alicerçar-se em sólidos suportes éticos, já que o chefe militar detém a prerrogativa de mandar seus subordinados em direção ao perigo e, eventualmente, ao risco de morte. Segundo Bernardinho, “ninguém se torna líder transgredindo princípios e valores”.

Lembro-me de que, ao final do primeiro ano da Aman, houve uma grande manobra de encerramento das instruções militares anuais. Como sempre acontece, os cadetes do Curso Básico são alocados para as armas, integrando e completando os efetivos das unidades de manobra. Eu desempenhava a função de soldado esclarecedor, de alguma esquadra, de grupo de combate, de algum pelotão, de alguma companhia do 84º BI [Batalhão de Infantaria],

como é chamada até hoje a unidade de exercício da infantaria. Caminhamos o dia inteiro, totalmente equipados, sob o sol escaldante típico dos novembros de Resende. Ao final do dia, desabou uma tempestade que nos fez passar instantaneamente do calor para o frio. Jantamos ao relento, com a comida nadando na água da chuva nas marmitas.

Foi então que me dei conta de que os oficiais de infantaria estavam entre nós, submetidos às mesmas agruras. Imediatamente, me identifiquei com aquele estilo de liderança, compatível com o que De Gaulle apregoava: “A mochila nas costas! Para uns, como para outros.”

Um ícone de liderança, para nós infantes, era o então capitão Alberto Mendes Cardoso, nosso comandante de companhia do quarto ano de infantaria. Nós o chamávamos de Sombra, porque, onde nos achássemos, independentemente de lugar ou hora, ele sempre estava junto. Há várias passagens emblemáticas do nosso Sombra.

Ele protagonizou um episódio que nos proporcionou uma lição de liderança inesquecível: no ano de 1985, novembro, ele como major, comandante do Curso de Infantaria, desempenhava a função de comandante do 84º BI, na grande manobra de final de ano. No folclore acadêmico, há dois santos que não se dão bem: São Pedro e São Paio (Sampaio, patrono da infantaria). Sempre que os cadetes estão no campo, eles resolvem acertar suas diferenças. Naquele novembro, São Pedro devia estar particularmente mal-humorado, pois choveu sem parar do primeiro ao último dia da manobra, quando ocorreria a ação final: um ataque com

*image
not
available*

General Peret. Nos conhecemos no segundo ano da Aman. Também nadador, logo desenvolvemos grande afinidade. Sempre presente e solícito, tornou-se amigo irmão. De personalidade bem diferente da minha. Impulsivo, impaciente e brigão, é a ele que recorro para resolver problemas sérios. É a pessoa de quem levei mais carraspanas na vida, mesmo quando comandante. Possui a maior cultura técnico-profissional que conheço. Fizemos juntos o Curso de Guerra na Selva. Provavelmente, não fosse seu suporte, eu não teria chegado ao final. Começou a namorar como cadete e casou-se com Izabel, menina de Resende. Pessoa certa para aturar as impaciências do “Beto”. Izabel é a irmã que eu não tive.

General Terra Amaral. Também amigo irmão. Declarados aspirantes, fomos para Porto Alegre, onde, por dois anos compartilhamos um apartamento. Primeiro da turma, inteligentíssimo e reservado. Ele, de poucas palavras, e eu, também não muito falante, permanecíamos horas sem nos falar e nos entendíamos perfeitamente. Boa-pinta, sempre fez enorme sucesso com o sexo feminino, foi fisgado, ainda como cadete, pela Reina, menina linda de Resende. Terra é uma figura excepcional, muito melhor do que ele pensa que é.

Na Aman, há uma vida associativa grande: grupos religiosos, grupos de esportes, de montanhismo... O senhor participava de alguma dessas atividades?

Como eu era atleta, não tinha muita disponibilidade para participar de outras atividades. Desde pequeno, sempre pratiquei

*image
not
available*

Normalmente, o cumprimento das missões implicava definir minuciosamente a organização das patrulhas, definição da função específica de cada participante, seleção do material a ser conduzido, escolha dos itinerários de infiltração e de retraimento, medidas de comando e controle, normas de segurança, medidas em relação a mortos, feridos e prisioneiros, ou seja, um planejamento complexo e detalhado. Tudo acontecia sob pressão psicológica dos instrutores. As finalidades dessa modalidade de atividades operacionais envolviam o aferimento de atributos a serem testados em cada cadete, além do adestramento. Em pouco tempo, aqueles cadetes, já como oficiais, poderão estar comandando um pelotão de fronteira e ser obrigados a cumprir missão similar. Um componente importante estava em, por meio da forma surpreendente de acionamento, provocar a reversão da expectativa por horas de lazer ou por um momento de descanso, para o desconforto de uma noite inteira percorrendo caminhos difíceis, com privação de sono e a superação da fadiga. Todas essas circunstâncias testavam sobretudo a resiliência e o espírito de cumprimento de missão de cada um dos cadetes. O desempenho apresentado era computado na ficha de avaliação individual e no cômputo dos graus, com possível influência na classificação de final de curso.

Em 1980, eu comandava o terceiro ano de infantaria. Os tenentes planejaram um Manda Brasa para uma quinta-feira à noite. Seriam quatro patrulhas e, em consequência, igual número de comandantes. Foram selecionados os cadetes Tomás, Milton Sils, Lundgren e Gláucio. O acionamento, perversamente planejado,

*image
not
available*

perspectiva de que, quando nos formássemos, poderíamos nela ser engajados.

Meu pai viveu um episódio marcante em relação a esse tema. Em 1956, ele era capitão e servia no 2º Grupo de Artilharia de Costa/Fortaleza de São João (2º GACos/FSJ), no final da Urca. Vivia-se um ambiente de acirramento de ânimos em face da iminente eleição para a presidência do Clube Militar. Dos dois candidatos, um, apoiado pela artilharia de costa, era identificado com a esquerda; o outro era apoiado pelo general Castelo Branco. Houve então uma reunião de apoio ao candidato da esquerda. Meu pai se recusou a ir; em consequência, o comandante o puniu. Carlos Lacerda tomou conhecimento e abriu sua diatribe pelos jornais, com a estridência que lhe era peculiar. O vulto adquirido e a forte repercussão assumida pelo episódio levaram o então ministro da Guerra a intervir. O general Lott convocou meu pai ao seu gabinete e comunicou que iria transferi-lo para a guarnição de sua escolha. Lá fomos nós de volta para Cruz Alta. Na época com cinco anos, tenho vagas lembranças do embarque na estação ferroviária. Segundo meu pai, o general Castelo Branco lá estava e posteriormente escreveu uma carta de agradecimento. “Pai, onde está a carta?” “Se perdeu em alguma mudança.”

Uma curiosidade: em 1956, uma viagem de trem do Rio de Janeiro a Cruz Alta durava três dias e três noites, para deleite de meu irmão e meu. À noite, nos encantava ver o rastro de fogo deixado pela chaminé da maria fumaça.

No dia 31 de março de [19]64, meu pai era major e servia em Santa Maria, após ter concluído o curso de Estado-Maior. Não

*image
not
available*

Não posso assegurar, mesmo levando em conta o que relatei anteriormente. Mas admito a possibilidade de que sua afirmação fosse verdadeira. Contudo tratava-se de sentimentos difusos e de baixa intensidade, longe de se superporem aos valores de disciplina e hierarquia.

Era um sentimento mais difuso?

Sim. Não posso asseverar quanto aos mais antigos da ativa ou da reserva, que viveram o movimento e suas circunstâncias. Aqui cabe uma curiosidade. Em conversa com o comandante do Exército colombiano, general Mejia, comentei sobre esse fenômeno, ao que ele relatou: “Você não imagina as reações que enfrentamos em decorrência do processo de paz com as FARC, depois de tantos combates com um importante efetivo de companheiros mortos. Os mais antigos não se conformam e se manifestam veementemente.”

Durante o governo Geisel, como o militar era visto no meio civil? Era bem recebido, era hostilizado?

Se algum sentimento de hostilidade houve, era latente e sem visibilidade, pelo menos entre as pessoas comuns. Em Porto Alegre, como aspirante e como oficial, de 1974 a 1976, vivi apenas um episódio de manifestação de desagrado pelo fato de eu ser militar. Jamais tivemos restrições em andar fardados e, ao

*image
not
available*

Depois de sete anos de internato, planejávamos alugar um apartamento para termos mais liberdade. Logicamente, não tivemos coragem de contestá-lo, até porque era fácil entender seu propósito: acelerar nosso processo de adaptação à vida na tropa e o desenvolvimento de nossas lideranças.

Mauro Pinto era muito pitoresco. Excelente atleta, alta liderança, permanentemente bem-humorado, espirituoso e proativo, comandava a Companhia Operacional. Eu era adjunto do oficial de operações (S/3) e estava planejando um acampamento de 10 dias no Campo de Instrução de Butiá, quando o Mauro apareceu com uma novidade: “Vou fazer um estágio de operações especiais com a companhia.” “Tudo bem, mas não temos cota extra de munição, de combustível e muito menos de ração operacional”, argumentei. “Eu me viro!”, foi a resposta.

Deve ter infernizado a vida dos comandantes dos órgãos de suprimento, pois conseguiu tudo, menos a ração, que naquela época era um item crítico. Foi ao comandante e pediu para que ele se empenhasse pessoalmente. Por fim, as rações chegaram ao batalhão.

Durante o acampamento, minha tarefa era coordenar e fiscalizar as instruções das companhias. Um dia o comandante me chamou: “Vamos ver o Mauro Pinto!”

Lá fomos. Uma hora de marcha. Chegamos perto do meio-dia. A expectativa era encontrar os soldados consumindo as tais rações, contudo nos deparamos com uma churrasqueira gigante e uma quantidade enorme de frangos sendo assados. Pensei cá comigo: “O Mauro vai ter problemas.” De pronto, o comandante perguntou:

*image
not
available*

Cruz Alta, onde eu, periodicamente, ia visitar meus parentes. Aí nos conhecemos e logo começamos a namorar. Noivamos em dezembro de 1975 e casamos um ano depois, já transferido para Natal.

Há um detalhe aqui, o qual peço que ninguém divulgue: Cida era miss Cruz Alta!

A família dela não era de militares?

Em sua família não há militares, absolutamente. São todos descendentes de alemães, colonos que se radicaram em Venâncio Aires. É realmente admirável a saga dessa gente. Ao chegar ao Brasil recebiam uma colônia de terra e alguns implementos, com o que tinham de tirar seu sustento, o que levava a famílias numerosas e à cultura do trabalho.

Como foi a entrada da dona Cida na vida militar, na família militar? Ela não tinha parente, não era filha de militar. O senhor a avisou que teria essa vida de transferências, de procurar colégio para filho...?

Avisei, mas ela adorava. Gostava de ser transferida e de conhecer coisas novas, até mais do que eu. Ela foi criada num ambiente rígido, de muito trabalho, desde pequena. Como era a mais velha, tinha de cozinhar para os irmãos. Sempre foi muito destemida, corajosa e disposta a enfrentar dificuldades. Durante a juventude foi atleta de bom desempenho das equipes juvenis gaúchas de vôlei

*image
not
available*

Emagreci oito quilos e não fui tão bem no curso. Tive um incidente, numa determinada atividade, trinquei uma costela e cheguei a pensar em pedir desligamento. Os companheiros não permitiram. Por outro lado, me imaginei chegando de volta à minha unidade, encarando meus soldados e dizendo-lhes que eu não aguentei o curso. Apesar da dor, consegui chegar ao final. Entramos em 30 e terminamos em 16.

Nessa época, o espírito do “guerreiro de selva” já era muito forte? Ou veio a ficar mais tarde?

Estava começando a fortalecer-se. Cada comandante da Amazônia e do Centro de Instrução de Guerra na Selva, desde o coronel Teixeira, o fundador, foi consolidando e agregando novas místicas. Dois aspectos contribuíram para tal: a quantidade de guerreiros de selva espalhados pelo Brasil – praticamente em todas as guarnições se comemora o dia do guerreiro de selva – e também o renome consolidado internacionalmente. Hoje o Cigs é considerado a melhor escola de guerra na selva do mundo.

Meu padrinho, marechal Maggessi, foi comandante da Amazônia, a sede era em Belém.¹⁰ E ele dizia que foi para lá “desterrado”, porque tinha brigado com o ministro, que o transferiu para o pior lugar possível. Isso, em 1960. A Amazônia era um “desterro”.

Naquela época, antes dos governos militares, a infraestrutura era mínima. Para se chegar aos pelotões de fronteira, a única maneira

*image
not
available*

5

Aprendendo a comandar

Hoje, comandar só com base na autoridade, você não comanda.

*image
not
available*

que ocupávamos. Esforço terrível para transmitir o que não tinha. Tudo estava tomado de vômito e o cheiro era indescritível. Ainda bem que não fui para a Marinha, e considero nossos irmãos de branco como verdadeiros heróis. Agora entendo por que, nos filmes, os infantess preferem enfrentar uma divisão blindada inimiga na praia do que permanecer a bordo. O grande ensinamento que se tirou foi o de que as rotinas de bordo são completamente diferentes das nossas, tanto no quartel quanto em campanha. Por exemplo, as guarnições de serviço devem ser substituídas de seis em seis horas e permanecer cumprindo suas missões durante todo esse tempo, principalmente as faxinas, com ênfase nos banheiros.

Após chegarmos a Recife, passamos 24 horas na faina (expressão de Marinha) de desembarcar e preparar o material para a marcha motorizada que nos levou ao sertão de Pernambuco, por dez dias, terminando em Paulo Afonso. Foi uma excelente oportunidade para experimentar as peculiaridades da caatinga, muito mais difícil que os outros ambientes operacionais, inclusive a selva. A partir das dez horas, o calor é inclemente, não há nenhum refúgio para o sol e você já terá consumido um cantil completo. Foi essa outra marcante experiência que tivemos naquela manobra. Antes de se internar na caatinga, é imprescindível que a tropa seja submetida a uma intensa aclimatação. Se forem unidades do Centro-Sul, até mesmo um adestramento cultural será necessário, para não ferir suscetibilidades na população.

Em relação à Aman, recebi o convite no final de 1977, e lá servi por quatro anos. No primeiro, fui comandante de um pelotão de

*image
not
available*

intensidade, alternavam teoria e prática, proporcionando o perfeito domínio de ambas.

Quando nos casamos, fiz um trato com a Cida de que, ao final dos cursos, caberia a ela escolher o próximo destino, dentro, logicamente, de um universo por mim selecionado. Ao final da EsAO, minhas prioridades eram, finalmente, ir para a selva ou para o Centro-Oeste. Sua escolha, sábia por sinal, recaiu sobre João Pessoa, onde passamos o ano de 1983.

Por que João Pessoa?

João Pessoa foi, de todas as cidades em que vivemos, aquela de que mais gostamos. Menos turística que as demais capitais do Nordeste, guarda um ar provinciano, com praias igualmente lindas e pacatas. Fui servir no 15º BIMtz [Batalhão de Infantaria Motorizado], subordinado à 7ª Bda Inf Mtz [Brigada de Infantaria Motorizada], de Natal. O batalhão possuía forte espírito de corpo, boas instalações, um alegre ambiente entre os oficiais e, novamente, contava com os valentes sargentos, cabos e soldados nordestinos. Comandava-o o coronel José Alberto Neves Tavares da Silva, maranhense de pouca estatura, brabo e muito amigo. A vila militar, muito aprazível e bem localizada, era um paraíso para a gurizada.

Ao chegar com a família numa Marajó abarrotada, alojei-me na casa de hóspedes, vizinha à do comandante. Sábado, ele nos convidou para ir à praia. Ticiane e Marcelo tinham 5 e 4 anos respectivamente. Não sei o que lhes deu naquele dia, que, nem bem

*image
not
available*

Sua revanche vinha, quando indicávamos alguém, discorrendo um rosário de qualidades sobre o oficial: “Não, ele é melhor do que eu. Vai dar problema!”

Infelizmente, um câncer o levou alguns anos mais tarde.

Em novembro, ele me designou para, no ano seguinte, comandar o quarto ano de infantaria, proporcionando-me mais um ano de realizações por trabalhar com um universo tão rico em energia, profissionalismo, juventude, dedicação e entusiasmo. Com eles, estabeleci uma relação especial e com satisfação os vi chegar a generais de divisão.

O Curso de Infantaria, aquartelado no Parque da Infantaria, a exemplo de todos os demais cursos, abarca o pavilhão de comando, salas de aula, anfiteatro, reservas de material e de armamentos, um pequeno campo de “peladas”, tapiri de instrução, caixão de areia, sala de meios de instrução, equipamentos audiovisuais, garagens, oficinas, museu da arma e outros, conforme suas peculiaridades, tudo às margens do rio Alambari.

Esse pequeno curso d’água serpenteia por todo o enorme campo de instrução da Aman que, por sua vez, vai da via Dutra aos contrafortes da serra da Mantiqueira, onde se destacam as Agulhas Negras. Está sempre presente e, com frequência, somos obrigados a atravessar suas águas, agradáveis no verão e geladas no inverno, vindas do alto da serra. Há outros acidentes naturais que frequentemente utilizávamos: os rios Pirapitinga e Paraíba do Sul, esse para grandes operações de transposição, sempre com o protagonismo da engenharia, a represa do Funil, a pedra da Galinha Choca e mais uma numerosa variedade deles. O campo de

*image
not
available*

A disciplina corresponde ao manto de princípios filosóficos que revestem as artes marciais, para evitar que os praticantes se tornem uma ameaça para a população.

A Aman, portanto, é o ventre de onde brotam tantas virtudes. Para entendê-la, é indispensável recorrer ao livro *A força de um ideal*, biografia do marechal José Pessoa, editado pela BIBLIEx [Biblioteca do Exército]. José Pessoa comandou um pelotão de carros de combate francês durante a I Guerra Mundial. Voltou ao Brasil e, no prosseguimento da carreira, foi nomeado comandante da Escola Militar do Realengo, sucessora da escola da Praia Vermelha. Em ambas, era comum os alunos se verem contaminados pela política da capital, o que resultou em vários episódios de indisciplina individual ou coletiva.

Na Praia Vermelha, em plena efervescência republicana, estimulada pelo tenente-coronel professor Benjamin Constant, os cadetes haviam programado uma manifestação. Preventivamente, o ministro da Guerra fez uma visita à escola. Quando passava em revista o Batalhão Escolar, o aluno Euclides da Cunha jogou o fuzil ao solo, como um ato de protesto. Imediatamente foi recolhido e desligado. Seria anistiado e reintegrado após a proclamação. No Realengo, os cadetes aderiram à revolta contra a vacina obrigatória.

José Pessoa idealizou transferir a escola para um local distante do burburinho político da capital. A mão do acaso fez sua parte. Uma das viaturas do comboio sofreu uma pane na altura de onde é hoje o campo de paradas da academia. Estava escolhido o local. Consequência fundamental dessa visão do marechal está em que,

*image
not
available*

nova sucessão. O deputado Ulisses Guimarães tentou impor sua posição que consistia na realização de um novo pleito. O ministro Leônidas posicionou-se no sentido de que, conforme a legislação vigente, o cargo de presidente caberia ao senador Sarney. Ato contínuo, voltou-se para ele e, prestando-lhe uma continência disse: “Boa noite, presidente.” Com seu arbítrio, o fato estava consumado, o que assegurou uma transição sem percalços.

Brasília foi-se tornando um centro de manifestações, com organização e violência crescentes. Tal quadro estabelecia desafios aumentados para nossas unidades de polícia, escolta e guarda. Houve uma, especificamente, muito violenta, em que os manifestantes se reuniram junto à rodoviária do Centro e dali partiram em direção ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto. O Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) foi então acionado, concentrando-se nos fundos do palácio, onde permaneceu reunido pronto para ser empregado. A Polícia Militar do Distrito Federal vinha fazendo um excelente trabalho, recuando, ordenadamente em linha, pressionada pela turba, mas com total controle da situação. Quando a multidão passou pelas laterais do Congresso, avançamos para a praça dos Três Poderes. O piso da praça estava em obras. As pedras portuguesas haviam sido retiradas e amontoadas, e, nas mãos dos manifestantes, transformar-se-iam num inesgotável arsenal. Acionados, ocupamos posição, deixando as pedras e o palácio à nossa retaguarda. Daí assistimos à multidão se aproximando, sempre com a polícia interposta. Quando a PM bateu com as costas nos nossos soldados, vendo que não tinha mais espaço para retrair,

*image
not
available*

Moraizinho – tinha características bem semelhantes ao antecessor. Era muito benquisto, desde o tempo da Aman, quando foi instrutor.

Aquele ano foi marcante, também, por ter logrado aprovação no concurso para a Eceme. Como já disse, organizamos um grupo de estudos, que incluía os capitães Sodré, então comandante do 3º Esqd C Mec; Marco Aurélio, que veio do Rio de Janeiro; e Danguí, vindo de Porto Alegre. Foram dois meses cumprindo uma programação intensa e rigorosa, além de desfrutarmos de uma convivência muito agradável, pois éramos amigos desde a Aman e EsAO. Por felicidade, passamos os quatro, o que nos permitiu manter a equipe intacta durante os dois anos de curso, no Rio de Janeiro.

Brasília me proporcionou ainda a oportunidade de estar, pela primeira vez, junto a meus pais, ele já na reserva e começando a ter sérios problemas de saúde.

O curso na Eceme já era de dois anos?

O curso da Eceme passou de três para dois anos em 1977. Mais tarde, em 1986, foi criado o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). Esse curso se situava no mesmo nível dos congêneres da Marinha, da Aeronáutica e da Escola Superior de Guerra.

Lembro-me de que, quando meu pai cursava a Eceme – de 1959 a 1961 –, o soldo era recebido em dinheiro vivo dentro de um envelope. Sentavam-se os dois e então planejavam as despesas do

*image
not
available*

bateria na artilharia) não possuem uma estrutura de Estado-Maior para assessorá-los, necessitando agir com precisão e rapidez, além de manter os superiores informados.

A partir dos escalões batalhão, brigada, divisão e acima, os comandantes ficam um pouco mais distantes em relação ao contexto, protagonistas, local, tempo, efeito pretendido e implicações estratégicas e políticas. Por isso, os comandantes dispõem de um Estado-Maior, a quem transmitem diretrizes iniciais, delegam as tarefas intermediárias para, ao final do processo, tomarem as decisões finais. Contudo, todo esse procedimento deve estar envolto pela preocupação com o que já denominamos “efeitos colaterais”. Para tal, é necessária uma sensibilidade capaz de captar as particularidades e aplicá-las aos processos.

Infelizmente, um episódio recente elucidava o que estamos tratando. Em Guadalupe, zona norte do Rio, um carro particular foi confundido por uma patrulha do Exército como sendo pertencente a traficantes. Indiscriminadamente e desobedecendo às regras de engajamento, dezenas de disparos foram realizados, causando a morte do motorista. Além dessa perda, tivemos o indiciamento dos militares com as consequências decorrentes para as vidas pessoais e a interrupção das carreiras.

Hoje vivemos um fenômeno que se convencionou chamar de “cabo estratégico”. A onipresença da imprensa faz, às vezes, com que a atitude isolada de um cabo ou de um soldado seja estampada na primeira página de um jornal de grande circulação. Isso obriga a que os militares desenvolvam um elevado nível de sensibilidade,

*image
not
available*

passando para a reserva pouco depois. Um livro recente que investiga todo esse processo é *O cadete e o capitão: vida de Jair Bolsonaro no quartel*, do jornalista Luiz Maklouf Carvalho, publicado em 2019 pela editora Todavia.

*image
not
available*

O militar selecionado para missão no exterior é submetido a um processo bastante rigoroso. Inclui a análise comparativa do perfil profissional, com dois componentes – trabalho e relacionamento – mais a ficha de valorização do mérito e o domínio do idioma correspondente. Esses subsídios são permanentemente colhidos, registrados e processados, permanecendo disponíveis para quando necessário. O processo, como um todo, é bastante impessoal, até ser levado ao comandante do Exército em uma lista tríplice.

Os filhos gostaram também?

Também, e aproveitaram muito. Eu os matriculei num colégio chinês, em que havia um pavilhão para estrangeiros. Uma verdadeira babel, pois abrigava gente do mundo inteiro. Posteriormente, as duas meninas foram para o colégio paquistanês, em língua inglesa, com a particularidade de que, diariamente, cantavam o hino do Paquistão e rezavam em urdu.

A China, naquela época, ainda não era a potência global que é hoje; era um país ainda fechado.

Estava iniciando o processo de abertura e decolagem. Deng Xiaoping ainda estava vivo, mas quem ocupava o cargo de primeiro-ministro era Jiang Zemin. O muro de Berlim havia caído em 1989, mesmo ano dos incidentes na praça Tiananmen. Vivi na China de novembro de 1992 a novembro de 1994. Nosso PIB era superior ao deles, e é impressionante constatar o que foram

*image
not
available*

Voltando da China, o senhor foi para Brasília, para o CoTer (Comando de Operações Terrestres).

No CoTer, permaneci por três anos na Seção de Atividades Especiais. Nesse ínterim, minha turma já estava sendo submetida ao processo de seleção para o comando. Em razão do estado de saúde do meu pai ter-se agravado, decidi permanecer em Brasília. Num ano optei pelo BGP, onde já havia servido e, no outro, pelo BPEB. Em ambas as vezes não fui contemplado. Meu pai faleceu e, no ano seguinte, senti que havia chegado a hora de finalmente ir para a selva. Escolhi o 1º Batalhão de Infantaria de Selva (1º BIS), o Batalhão Amazonas, sediado em Manaus.

“O melhor batalhão do mundo”, como eles dizem.

É verdade, e o mais interessante é que os soldados acreditavam firmemente e isso se transformava num êmulo poderoso e importante para uma unidade tão exigida.

Logo depois da minha nomeação, num encontro fortuito, o ministro, general Zenildo, me perguntou por que eu não havia priorizado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs). Na verdade, eu não me sentia com autoridade para comandar uma escola de selva que havia cursado 22 anos atrás.

*image
not
available*

Pouco tempo depois, começaram a circular informes no sentido de que as FARC planejavam atacar Querari em represália. Assaltou-nos uma vasta preocupação. O CMA, então, determinou que o batalhão deslocasse uma companhia para reforçar o pelotão. Estávamos numa sexta-feira e recebemos a ordem de acionamento por volta das sete horas da noite. Deveríamos estar com uma companhia na base aérea às sete horas da manhã em condições de embarcar. Imediatamente, acionamos o plano de chamada e passamos a monitorá-lo de hora em hora. Às 11 da noite, o subcomandante me avisou: “Temos um pelotão no batalhão”, ou seja, entre 30 e 40 soldados. Uma companhia são 150. Estava sem compreender o que ocorria, pois treinávamos com frequência, sempre atingindo as metas. Foi então que alguém lembrou que no Bumbódromo havia ensaio de um dos bois, Garantido ou Caprichoso. Mandamos um oficial que, autorizado pela diretoria, interrompeu a bateria, a música e as coreografias e, debaixo de vaias, lançou a palavra-chave. Rapidamente, tínhamos o batalhão completo, e após cumprida uma verificação minuciosa do aprestamento, às sete horas, estávamos prontos para o embarque.

Na base aérea, a tropa aguardava pelo embarque, sentada no solo, encostada nas mochilas, silenciosa e transparecendo alguma tensão, natural, porque não tínhamos informações detalhadas a respeito da situação na fronteira. Os oficiais e sargentos faziam as últimas verificações, quando me assaltou o que se chama a “solidão do comando”. Veio-me em forma de dúvida: qual seria o nosso desempenho numa situação real de combate? Eu tinha certeza de que estávamos adestrados, mas e a parte psicológica? Naquele

*image
not
available*

como o afastamento das famílias, atuação isolada por tempo indeterminado e eventuais problemas de saúde.

Acredito que a preparação mais importante que fizemos foi a relativa às esposas. Iniciamos com muita antecedência. Estruturamos grupos de apoio às famílias, sob a coordenação do oficial de comunicação social. Ele dispunha de vários meios que incluíam uma equipe de militares, viaturas, telefones e rádios. O mais importante, contudo, foi a participação das mulheres de oficiais e sargentos, sob a liderança da Cida. Eram promovidas reuniões semanais, para que todas se conhecessem, trocassem endereços, números de telefone e antecipassem possíveis embarços, como alguma doença ou gravidez. Um complicador comum na Amazônia decorria da circunstância de que muitos soldados não eram casados, o que deixava as famílias sem nenhuma cobertura médica. Acredito que, sem essas providências, o exercício não teria se viabilizado.

Todas as dificuldades que imaginamos aconteceram, menos uma, a de uma senhora que ganhou meio porco em uma rifa e não tinha como transportar. Alguns percalços decorreram do fato de que uma grande quantidade de soldados não entregava os cartões de banco para as esposas, que se viam impedidas de receber o pagamento mensal.

Para garantir nossa permanência por tempo indefinido em combate, é imprescindível o pré-posicionamento de suprimentos em lugares clandestinos chamados cachês, normalmente enterrados. Essa ação foi minuciosamente planejada e executada. Foram localizados em círculos concêntricos, a uma jornada de

*image
not
available*

especialista no tema – terra de cego... Com certeza, ministrei, no Brasil todo, principalmente em universidades, mais de 500 palestras – até onde contabilizei. Em determinados ambientes, produziam-se muitas controvérsias entre a teoria acadêmica e o conhecimento da realidade.

Um capitão de lá me disse, semana retrasada, que é um batalhão “nervoso”, que está sempre em atuação.

Por estar sediado em Manaus, embora subordinado à 1ª Bda Inf SI [Brigada de Infantaria de Selva], de Boa Vista, era a unidade de pronto emprego que o CMA tinha à disposição para as emergências.

Os integrantes do batalhão, quando se despedem, recebem como lembrança um terçado engastado numa placa de madeira, com os dizeres, que bem caracterizam o espírito das unidades de selva. “As amizades forjadas nas agruras da selva jamais fenecem.”

Quem comandava o CMA na época que o senhor estava no BIS?

O general Pedroso, por dois meses, e posteriormente o general Lessa.¹⁵ Ambos cumpriram papéis relevantes para a Amazônia. O primeiro, com a participação do seu chefe de Estado-Maior, general Paulo Assis, homogeneizou e consolidou as místicas e as tradições das tropas de selva, que crescentemente se fortalecem e já extrapolam aquela região e, até mesmo, o Brasil. O general Lessa,

*image
not
available*

estudo por todo o território e exterior. Não me proporcionou, contudo, os misteres requeridos para transitar pelo mundo político.

E como foi esse aprendizado com os políticos? Porque o mundo da política é muito diferente do mundo da profissão militar. No mundo da política, tem uma hora em que se é aliado, depois vira inimigo, depois vira aliado de novo, é contra uma coisa, depois muda e fica a favor... Isso faz parte do jogo da política.

Aprendi com a prática, apoiando-me nos que lá já estavam.

Há uma máxima na política segundo a qual ninguém é tão aliado que você não possa romper, nem, tampouco, é tão adversário que não possa aliar-se. Tancredo Neves dizia também que política é como uma nuvem: cada vez que você olha, ela está com um formato diferente. Logicamente, como em todos os setores de atividades, há preceitos éticos e morais próprios que estabelecem limites para a flexibilização das condutas. Portanto, pessoas alheias a esse universo não devem estabelecer juízo de valor, pois provavelmente se basearão em critérios preconceituosos. Os políticos estão presos a alguns rituais que, para nós, soam como absurdos. Algumas vezes, vemos dois adversários se digladiando de maneira ofensiva na tribuna do plenário, e, pouco depois, são vistos pacificamente compartilhando um cafezinho na copa da casa legislativa.

Nas viagens para as quais os convidávamos, nós passamos a não incluir representantes da imprensa, por duas razões: torna-se

*image
not
available*

Anistia. Imediatamente levei ao deputado Mercadante, líder do PT: “Coronel, fique tranquilo, porque esse projeto sai de pauta hoje mesmo.”

Durante o governo Fernando Henrique, os partidos de oposição identificavam-se conosco em torno de questões nacionais, como a Amazônia. Quando o Exército trabalhava por instalar o Pelotão Especial de Fronteira de Uiramutã, na região do Lavrado, onde futuramente seria demarcada a Reserva Raposa Serra do Sol, desencadeou-se uma campanha internacional com base na ideia de que a presença dos soldados contaminaria a cultura indígena. O jornal *Washington Post* publicou um artigo nesse sentido. Foi o deputado Aldo Rebelo que, por meio de uma carta, refutou os argumentos do periódico. Ele pediu, em seguida, para que o levássemos a conhecer a realidade indígena. Pôde então constatar a hipocrisia em torno dos argumentos manuseados contra nosso projeto. Uiramutã já era sede de município, com todos os órgãos correspondentes instalados. A prefeita, sra. Florany Mota, ela própria indígena, havia feito a campanha eleitoral com posição contrária à demarcação, recebendo amplo apoio da população, majoritariamente pertencente às etnias wapixana, ingarikó, taurepang, patamona e macuxi.

Contrariando essas e outras evidências, inclusive as históricas, a demarcação se processou sob o critério de área contínua. Tivesse ela adotado algum princípio distinto, os interesses indígenas absolutamente em nada teriam sido afetados. Extremamente frustrante foi verificar que todo o nosso esforço no sentido de divulgar a realidade foi ignorado. Na época, eu era chefe do Estado-

*image
not
available*

final de ano eu pedia ao comandante do CMA, general Figueiredo, para me transferir, mas ele, hábil e simpaticamente “me enrolava na bandeira”, convencendo-me a permanecer onde estava.

Novamente tivemos um período felicíssimo, a começar pela convivência com o comandante e sua querida esposa, dona Sandra. Típico dos cavalarianos, ele era muito descentralizador, delegando-me as tarefas de fiscalizar as unidades de Manaus e de coordenar a atuação das brigadas. Com isso, meu trabalho abrangia toda a extensão do CMA.

Quanto às brigadas, todos os comandantes eram muito experientes e, por felicidade, velhos amigos, contemporâneos de academia e outras jornadas. Religiosamente, a cada semana eu me ligava com eles. O intuito era mostrar-me disponível, estabelecendo assim uma perspectiva de antecipação e de facilitação na solução de problemas. Alguns eram mais antigos, e com todos tenho uma dívida de gratidão. Em Boa Vista, o cearense general Paulo Studart e o general Madureira, já falecido. Em São Gabriel da Cachoeira, o gaúcho general Boabaid, primeiro-comandante, que cumpriu a difícil missão de instalar a brigada, vinda de Niterói, substituído depois pelo general Mourão, nosso vice-presidente. Em Tefé, o general Silva e Luna, mais tarde ministro da Defesa, substituído pelo general Brandão, agora no GSI. Em Porto Velho, o general Bolivar, gaúcho que depois comandou o CMS [Comando Militar do Sul]. Veio depois o general Peret, amigo mais que especial, com quem fiz o curso de operações na selva, no Cigs, que ele, como coronel, havia comandado. Não terminou seu tempo, pois foi designado adido militar nos Estados

comandante das Forças de Paz no Haiti. O Exército perdeu um profissional brilhante e eu, um amigo dileto.

O Exército também teve um movimento de aumentar o número de unidades e de efetivos na Amazônia. Várias unidades foram transferidas. Teve o Projeto Calha Norte, um pouco anterior.

A Amazônia tornou-se prioridade estratégica e, a partir da distensão com a Argentina e criação do Mercosul, muitas unidades e comandos de brigada foram transferidas, a exemplo da 1ª, que de Petrópolis foi para Boa Vista, a 2ª de Niterói foi para São Gabriel da Cachoeira e a 16ª de Santo Ângelo para Tefé. Esse movimento prossegue.

Acabamos de inaugurar a 22ª Brigada de Infantaria de Selva em Macapá. Entre suas missões está a vigilância da fronteira com a Guiana Francesa e o estabelecimento de interface com a Legião Estrangeira de Kourou. Ocupou o que, até então, era um vazio estratégico importante, pois, no Amapá, fazemos fronteira com o território ultramarino da França, que sempre reclamou de nossa rarefeita presença, já que, ao longo do rio Oiapoque, o fluxo dos garimpeiros e de outros ilícitos partiam do Brasil para o território vizinho.

Paralelamente, preocupamo-nos em contemplar todos os sistemas operacionais, além da infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, sistemas modernos de comando e controle – comunicações e satélites –, logística, inteligência, saúde, bem-estar do pessoal militar e famílias, e a integração com a Marinha e

a Força Aérea. Ambas as Forças, igualmente, aumentaram substancialmente suas estruturas. De nossa parte, fizemos o efetivo aumentar de 8.600, em 1986, para em torno de 30 mil homens.

Logo que assumi o comando do CMA, constatamos que, por sua extensão, nossa área de responsabilidade excedia a capacidade de comando e controle. De Manaus, tínhamos dificuldade para perceber as peculiaridades e de atender às demandas da Amazônia oriental – Pará, Maranhão e Amapá –, que apresentavam características bem distintas da contraparte ocidental – Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Cada área ostentava conjunturas totalmente distintas. História, meio ambiente, economia, cultura, condicionantes estratégicas apontavam para o desmembramento até com certa urgência.

O comandante do Exército, general Enzo, prontamente atendeu à nossa proposta e, em março de 2013, o general Ferreira assumiu o Comando Militar do Norte [CMN]. Conhecedor da área desde tenente e baseado no domínio de métodos de gestão, típicos dos engenheiros, fez com que o CMN rapidamente se consolidasse.

A respeito da Amazônia houve há pouco o episódio das queimadas e da fala do presidente Macron, dizendo que se tinha de pensar a questão internacional a respeito da Amazônia. O senhor também fez um texto sobre isso, no Twitter.¹⁶ O senhor poderia sintetizar sua preocupação, sua visão sobre a Amazônia?

Sobre a Amazônia, existe muita desinformação, até de caráter intencional, principalmente sobre os temas meio ambiente e questão indígena. Este “filtro” não permite que a realidade chegue aos centros econômicos culturais e políticos, impedindo que a população esclarecida, bem como as instâncias decisórias, posicione-se adequadamente. A grande imprensa tem parcela de responsabilidade. Em nosso principal veículo de comunicação, a Rede Globo, alguns setores são dominados pelo politicamente correto. Em consequência, expõem os assuntos sob um enfoque desconectado da verdade. Ao nosso jornalismo investigativo tem faltado vontade ou competência para desvendar o que move e sustenta todo esse grande esquema de amplitude mundial. Se o fizesse, descobriria formas contemporâneas de imperialismo, movidas pelo grande capital, corporações, organismos internacionais e as ONGs.

É bem verdade que toda essa ampla e complexa ordem de coisas não encontraria condições de êxito se o Brasil não oferecesse passivos em todos os campos. Suas narrativas se impõem, colocando-nos em permanente atitude defensiva. Possuem ilimitada capacidade de estigmatizar ideias e pessoas que lhes são contrárias. Cito como exemplo expressivo o que vem sendo feito com nosso destacado e eficiente ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que corajosamente, desde que assumiu sua pasta, vem lutando para desmontar estruturas aparelhadas, ineficientes e corrompidas, que criaram um ambiente favorável à dissipação de recursos financeiros, sem que se produzam os efeitos pretendidos.

Por outro lado, esse aparato ostenta eficiente capacidade para construir mitos representativos de seus propósitos. Assim o fizeram com Chico Mendes. A engenharia que orientou a construção de um mito, e a aura de herói e mártir, é denunciada pela jornalista canadense Elaine Dewar, no livro *Uma demão de verde*, publicado em janeiro de 2007, pela editora Capax Dei. A imprensa nacional, logicamente, não deu destaque à verdadeira biópsia que a autora, detalhadamente, descreve a respeito dos esquemas internacionais de elaboração de narrativas que sustentam arquétipos por trás dos quais encastelam-se, inexpugnavelmente. Nossas vulnerabilidades decorrem da quase impossibilidade de fazer valer nossos relatos e também de negligências acumuladas ao longo dos tempos.

A primeira iniciativa de exploração econômica planejada deu-se no tempo do marquês de Pombal, a partir de 1750, ano de assinatura do Tratado de Madri, que revogou o Tratado de Tordesilhas e deu a Amazônia ao Brasil. Estabeleceu como critério para delimitação entre o que pertenceria a Portugal e Espanha, nas colônias sul-americanas, o princípio do “*uti possidetis*”. Esse instituto pragmaticamente legalizava a posse dos territórios até aquele momento ocupados pelas partes. Pombal, então, nomeou seu meio-irmão, Mendonça Furtado, como governador-geral do Grão-Pará e Maranhão. Estabeleceu medidas com o intuito de tornar irreversível o domínio de algumas áreas pertencentes a Portugal. Fundou cidades, construiu os fortes de Príncipe da Beira, de Macapá e de Tabatinga e estabeleceu empreendimentos de criação de gado em Tefé e no Lavrado de Roraima.

Depois de Pombal, somente nos governos militares a Amazônia veria planos estruturados com vista à integração e ao desenvolvimento. Abandonada até hoje, a região carece de uma política e de um órgão com capacidade de coordenar medidas plurissetoriais, com amplitude e profundidade, que tenham o poder de modificar a atual conjuntura.

Qualquer abordagem sobre a Amazônia deve equilibrar visões endógenas e exógenas e compatibilizar o desenvolvimento com a preservação. Sobretudo, necessita ter um caráter multidisciplinar que contemple fundamentos sociais, ambientais, econômicos, pesquisa científica harmonizada com o conhecimento tradicional das populações locais e, por fim, a segurança e a defesa. Importante também é o respeito ao “tempo amazônico”, pois as demandas e os anseios das populações locais obedecem a uma lógica distinta daquela dos não amazônidas.

Com otimismo, vemos o governo Bolsonaro caminhar em sentido contrário, ao criar o Fundo Amazônia, entregando a responsabilidade para um profundo conhecedor daquela região, o general Mourão, vice-presidente.

A incipiente ação governamental sobre a Amazônia dá margem a manifestações com o teor semelhante à do presidente Macron. Há muito tempo, líderes estrangeiros orquestram pronunciamentos com esse teor. Em 1989, Al Gore, campeão do ambientalismo, disse: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.” No mesmo ano, veio da própria França a recomendação do presidente François Mitterrand, de que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. Longe

de esgotar o repertório de admoestações contra nós, o primeiro-ministro soviético Mikhail Gorbachev, sabe-se lá com que intuito, também abriu suas baterias, orquestrando que “o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.

É possível colecionar dezenas de afirmações de líderes internacionais que ignoram a luta que travamos para proteger nossos biomas. Fazem parecer que, quando se trata de preservação ambiental, o quesito “coerência” deixa de ser requisito para conferir autoridade moral. Os países europeus praticaram um colonialismo predatório, vitimando, igualmente, as populações e os ambientes onde elas residem. A Inglaterra concretizou seu projeto de poder, no tempo de Henrique VIII, extinguindo as florestas da ilha para a construção da armada com que conquistaria o Império “onde o sol não se punha.” A França, já no século XX, fazia experimentos nucleares na Polinésia, e a Noruega, por sua vez, até nossos dias, caça baleias e explora petróleo no interior do círculo polar ártico.

Sendo assim, nós brasileiros deveríamos focar em projetos para exploração da Amazônia condicionados exclusivamente por nossos parâmetros. Adicionalmente, temos negligenciado as oportunidades que a Pan-Amazônia nos oferece para liderar a ocupação, o desenvolvimento e a preservação, como fundamentos para um processo de integração regional. Nos países condôminos, as respectivas Amazônias guardam uma forte homogeneidade no que se refere às características, problemas e potencialidades.

Acho que pode haver até um razoável consenso de que, primeiro, a Amazônia é ainda muito pouco conhecida do ponto de vista científico; segundo, que existem interesses comerciais em explorá-la – uma cobiça, nesse sentido comercial. Mas outra coisa, que se colocou agora e que apareceu muito no noticiário, é a preocupação em relação a uma possível perda de soberania sobre a Amazônia. O senhor acredita que existe, mesmo, o risco de o Brasil perder soberania sobre parte da Amazônia?

Não se espera uma ação militar direta sobre a Amazônia, até porque as condições geográficas inviabilizam um intento dessa natureza. A esse efeito dissuasório natural, tratamos ainda de agregar a “estratégia da resistência”, capacitando as Forças Armadas a tirar proveito do que a geografia proporciona para o enfrentamento de eventuais oponentes.

O mais preocupante, contudo, vem do que o general Etchgoyen chamou de déficits de soberania. Em outras palavras, na defesa das fronteiras virtuais não temos garantido o mesmo êxito que logramos em relação às fronteiras físicas. Um evento recente ilustrou a perda da liberdade para agirmos em consonância com nossos interesses. O presidente Temer, em agosto de 2017, decidiu pela extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), que na prática já não fazia sentido, pois estava tomada por garimpos clandestinos, posseiros etc. O propósito se restringia a apenas regulamentá-la, sem estabelecer a permissão para exploração. Imediatamente, desencadeou-se uma campanha internacional, logicamente que com origem no ambientalismo

interno, o que fez com que meses depois a iniciativa fosse revogada.

Quer dizer, seria correto dizer que o senhor está preocupado menos com a perda de soberania territorial, de ocupação, do que com uma limitação da margem de ação do governo do país sobre a Amazônia. Seria isso?

Em seguida à assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia, fomos atropelados por uma avalanche de acusações, oportunistamente, tirando proveito da sazonal temporada de queimadas. Nossa imprensa, guardadas algumas exceções, tratou de dar cores dramáticas ao que denunciavam, amplificando as matérias advindas do exterior. Ficamos imobilizados a despeito dos esforços do governo, até que outras matérias viessem a ocupar espaço na mídia.

Mas, tirando essa revolta ou irritação com essas falas, como a do presidente Macron, o senhor não acha que a questão ambiental é séria, que ela existe? Aquecimento global, sustentabilidade...

Muito séria. Há inúmeras razões pelas quais devemos impedir que o desmatamento avance. Em primeiro lugar, por uma questão de responsabilidade perante as gerações futuras. Em segundo, para impedir a legitimidade dos argumentos daqueles que nos acusam de negligência ou descaso. Por fim, porque a biodiversidade tem

um valor elevadíssimo, ainda não quantificado pelo que a ciência alcança até então.

Nesse campo, eventos históricos nos servem de exemplo, desde o contrabando de sementes da seringueira para a Malásia, com efeitos desastrosos para a economia da Amazônia, encerrando ciclo da borracha, até, mais recentemente, o registro da marca cupuaçu pelo Japão, que nossa diplomacia teve sucesso em reverter.

14. Na década de 1990 o Exército desenvolveu a Estratégia da Resistência, concebida para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica. Ela seria a forma de se contrapor a um inimigo de poder militar muito superior que ameaçasse a soberania brasileira sobre a região. Na situação de resistência, o Exército combateria utilizando princípios da guerra irregular, valendo-se de técnicas e táticas semelhantes às guerrilhas, com características não convencionais.

15. Germano Arnoldi Pedroso e Luiz Gonzaga Schroeder Lessa.

16. No contexto de notícias sobre aumento de incêndios na Amazônia, o presidente francês Emmanuel Macron, no dia 22 de agosto de 2019, às vésperas de uma reunião do G7, levantou a possibilidade de um estatuto internacional para proteger a região. O presidente Jair Bolsonaro reagiu à declaração, acusando a atitude de Macron de colonialista. No mesmo dia, o general Villas Bôas, em postagens no Twitter, afirmou que se tratava de um “ataque direto à soberania brasileira” e alertou para “ameaças de emprego do poder militar” com base nas falas do presidente francês.